

Teologia do *Apartheid* na África do Sul

Um Exemplo de Teologia Ideologizada

Thor H. Hovland

O alvo deste artigo é mostrar como a teologia foi ideologizada nas igrejas reformadas holandesas brancas da África do Sul. Através de uma análise histórica que inclui também a última década, espero reconstituir linhas específicas que possam nos ajudar a evitar impasses semelhantes.

A ideologia do *apartheid* é composta de várias tradições ideológicas. A incorporação dessas tradições tem seus pressupostos históricos específicos nas experiências dos africanos no sul da África, mas todas são originalmente emprestadas da Europa. Por conseguinte, em primeiro lugar esboçarei essas tradições que atualmente são subcorrentes da ideologia do *apartheid*, e também destacarei a influência cristã. Tendo formado um quadro da ideologia do *apartheid*, examinarei mais de perto a maneira como a Bíblia e idéias cristãs foram usadas ideologicamente em cada caso. É especialmente importante ver como os teólogos sul-africanos interpretaram a Bíblia a fim de apoiar esse tipo específico de ideologia.

O termo *apartheid* foi usado pela primeira vez em sentido distintivo na década de 30, mas vou usá-lo como termo global para designar a tradição ideológica que se transformou na ideologia do Partido Nacional que governou o país a partir de 1948. De modo semelhante, usarei o termo “teologia do *apartheid*” como termo global para designar a tradição teológica específica que se desenvolveu ao longo dos últimos séculos dentro das três igrejas reformadas holandesas brancas da África do Sul, embora a teologia do *apartheid* em sentido estrito só tenha sido elaborada nos anos de 1942 a 1956.

É evidente que não há concordância quanto à divisão da ideologia do *apartheid* em várias subcorrentes, ainda que todos os comentadores concordem que essa ideologia constitui uma tradição complexa. Optei destacar quatro subcorrentes distintas, que, em minha opinião, cobrem bem esse campo:

A primeira ideologia que apareceu foi o *racismo*. Essa ideologia predominou de 1828 até 1881, mas esteve sempre presente como subcorrente ativa na ideologia do *apartheid*.

A segunda ideologia a ser incorporada foi o *nacionalismo* ou *romantismo nacional*. Essa tradição ideológica foi importantíssima na luta contra os britânicos durante a década de 1870 e dominou a cena até 1948.

A terceira influência ideológica vem da *teoria da evolução* transformada em *darwinismo social*. Ela se assemelha ao racismo como ideologia, mas era mais aceitável do que o racismo puro, particularmente após a 2ª Guerra Mundial. Atingiu seu auge nos anos de 1948 a 1978. Na África do Sul o nome oficial era “desenvolvimento separado”, usado a partir de 1960, quando a palavra *apartheid* (= “separação”) tinha sido universalmente denunciada. A troca de nome também indica uma mudança sutil na própria ideologia.

A quarta subcorrente que foi incorporada à ideologia do *apartheid* pode ser chamada de *ideologia da segurança nacional*. Ela é, na atualidade, a mais influente, tendo determinado a política do governo sul-africano branco desde 1978. Tornou-se o padrão para a política de reformas do primeiro-ministro e mais tarde presidente P. W. Botha. Também é a ideologia fundamental para a atual política de negociações sob o presidente F. W. de Klerk.

Sob tudo isso se encontram, é claro, fortes interesses econômicos, e os analistas têm geralmente subsumido esses interesses na *ideologia capitalista*. O relacionamento entre racismo e capitalismo, ou raça e classe, foi discutido exaustivamente entre acadêmicos sul-africanos. Gostaria de ressaltar que se trata de uma questão importante, embora tenha me dado conta de que ela excede o espaço limitado deste artigo.

O Racismo como Ideologia

O racismo parece ser uma idéia tipicamente européia. Podemos reconstituir o conceito de raça entre filósofos e cientistas ao longo do séc. 18, embora ainda não fosse um ponto importante de seu pensamento. *Carl von Linné* (1701-1778) pensava que podia dividir a humanidade em diferentes raças da mesma maneira como tinha dividido e sistematizado plantas e animais. O filósofo *Immanuel Kant* (1724-1804) escreveu um panfleto sobre as diferentes raças no qual a humanidade era dividida em quatro grupos raciais principais. Era compreensão comum que havia uma conexão entre características físicas e biológicas, por um lado, e traços psíquicos e espirituais, por outro. Com este ponto de partida, o conceito de raça transformou-se num modelo abrangente usado para explicar o desenvolvimento das civilizações como um todo. Consideravam-se os europeus como superiores a todos os outros povos, visto que tinham desenvolvido a mais avançada civilização existente na face da terra.

Idéias semelhantes também se desenvolveram entre os brancos na Colônia do Cabo, no sul da África. Embora haja uma nítida distinção entre cristãos e pagãos nos primeiros relatos provenientes do Cabo, ela não era necessariamente idêntica a uma distinção entre europeus e africanos. Mas, com o passar do tempo, encontra-se uma crescente identificação entre as palavras “cristão” e “europeu”, por um lado, e “pagão” e “africano”, por outro, a despeito do fato de que muitos africanos foram batizados.

A Grã-Bretanha anexou a Colônia do Cabo em 1806, e alguns anos mais tarde diversos membros do Parlamento começaram a trabalhar pela abolição da escravatura. *John Philip*, que iria dirigir o trabalho da Sociedade Missionária de Londres na África do Sul por toda uma geração, de 1819 a 1851, fazia parte desse círculo de ingleses liberais. Ele rapidamente tornou-se o homem mais odiado da Colônia do Cabo por causa de sua influência política em favor dos khoikhoi (e outros povos africanos) e também por causa de seus escritos. Movia uma crítica feroz contra os africânderes, particularmente os bôeres que viviam nas orlas da Colônia.

Entre outras coisas, John Philip estava envolvido na promoção de uma lei que garantia aos khoikhoi os mesmos direitos legais como os europeus. A lei foi aprovada pelo Parlamento em 1828. Em 1833 o Parlamento decidiu proibir a escravidão em todo o Império Britânico a partir de 1834. Ao mesmo tempo, muitos dos bôeres que viviam no extremo oriente da Colônia pensavam que o governo britânico interferia demais em suas vidas. Eles iniciaram a Grande Jornada (*Great Trek*), rumo ao leste e ao norte, para fora das fronteiras da Colônia do Cabo. Disso resultou que grande parte dos africânderes deixaram o território britânico e se assentaram no *highveld* sul-africano. Um dos primeiros líderes da Grande Jornada, *Piet Retief*, publicou um “Manifesto” no *Grahamstown Journal* no qual escreveu que eles desejavam cuidar de “justos princípios de liberdade” e manter “relações apropriadas entre senhores e servos”. Sua sobrinha *Anna Steenkamp* escreveu um diário no qual afirma que a libertação dos escravos não era a pior coisa que tinha acontecido, e sim o fato de que “os pagãos estão sendo colocados em pé de igualdade com os cristãos, contrariando as leis de Deus e a distinção natural de raça e religião”.

A atitude racial dos africânderes foi primordialmente resultado de suas próprias experiências na África do Sul, em especial no caso daqueles que viviam nas partes orientais da Colônia do Cabo. Na Constituição da República Sul-Africana (Transvaal) de 1858 está escrito claramente que não deveria haver igualdade entre as raças — nem na sociedade nem na Igreja. Existem, não obstante, razões para destacar o fato de que essas idéias eram comuns em toda a Europa e também nos Estados Unidos naquela época. Em 1853, o filósofo francês *Joseph Arthur de Gobineau* escreveu um livro sobre “a desigualdade das raças humanas” em que deu ênfase especial à superioridade da raça germânica. Essa ideologia foi desenvolvida mais ainda e sistematizada pelo filósofo alemão (de descendência britânica) *Houston Stewart Chamberlain* em 1899. Havia um contato crescente entre a Alemanha e as repúblicas bôeres na segunda metade do séc. 19, e as idéias alemãs foram prontamente usadas pelos africânderes em sua luta ideológica com o sentimento de superioridade dos britânicos e com as orgulhosas tradições dos zulus.

A admiração dos africânderes pela cultura e filosofia alemãs foi mantida viva até a Segunda Guerra Mundial, e muitos de seus líderes simpatizavam abertamente com o nazismo.

O Romantismo Nacional como Ideologia

O nacionalismo é produto da história francesa, podendo ser remontado até a época carolíngia (a partir de ca. de 800), e nos tempos modernos o pensador francês *Jean Jacques Rousseau* (1712-1778) desenvolveu a idéia de que um povo é como uma pessoa coletiva com uma vontade e consciência comuns. O filósofo alemão *Johann Gottfried Herder* (1744-1803) fez uso dessa idéia e sustentou que toda nação tem uma alma (*Völkgeist*). Essa alma se expressa através de uma língua particular. A língua define o caráter e identidade da alma. O desenvolvimento subsequente dessa ideologia está em sua maior parte ligado à história da Alemanha, mais precisamente ao crescimento do romantismo nacional. O filósofo *Johann Gottlieb Fichte* (1762-1814) promoveu essa ideologia através de sua filosofia do idealismo transcendental e declarou que toda nação era como uma entidade biológica com seus “talentos” particulares — algumas tinham muitos e outras, poucos.

Não havia muitos africânderes que tivesse lido filosofia européia — a maioria deles sequer sabia ler —, mas as idéias provenientes da Europa foram incorporadas à autoconsciência dos africânderes numa forma popularizada. É bem conhecido o fato de que a Revolução Francesa de 1789 causou um tremendo impacto, e a identidade nacional dos africânderes no Transvaal tornou-se mais forte através da “Primeira Guerra de Libertação” (= a Primeira Guerra Anglo-Bôer) em 1880-1881. O pastor e prolífico escritor *S. J. du Toit* havia estudado sob a orientação do teólogo e estadista holandês *Abraham Kuyper* (1837-1920) e promoveu com muita habilidade uma teologia neocalvinista na África do Sul. Havia duas idéias na teologia de Kuyper que du Toit empregou particularmente: a idéia de que a realidade consiste de muitas esferas independentes com seus próprios princípios (cf. a doutrina dos dois reinos) e a idéia de que a pluriformidade é uma decisão divina. Mas, enquanto que Kuyper estava preocupado com a família, a Igreja e a autoridade civil como exemplos de esferas separadas, du Toit concentrou seu pensamento em “o povo” ou “a nação” como esfera própria, diretamente sob a liderança de Deus. Ambos sustentavam que a unidade da criação de Deus, e por conseguinte da sociedade humana, só existia no estado original da criação e só existiria no fim escatológico dos tempos. A pluriformidade também faz parte da natureza terrena da Igreja, e este ponto tornou-se muito importante na história das igrejas da África do Sul (particularmente, então, das igrejas reformadas holandesas).

O romantismo nacional alemão, que em si era mais ou menos panteísta ou ateísta, foi fundido com esse tipo específico de teologia reformada ortodoxa na África do Sul, convertendo-se numa poderosa ideologia.

Um grupo de homens em Paarl tinha, já antes da Primeira Guerra da Liberdade em 1880-81, estabelecido uma sociedade para “bons africânderes”. Eles escreveram e publicaram uma versão de sua história em africâner e imprimiram um texto intitulado *Die Afrikaanse Patriot* (O Patriota dos Africânderes). *Die*

Afrikaner Bond foi organizada pouco tempo depois, em 1880, e esta organização foi precursora da posterior e muito poderosa *Afrikaner Broederbond* (A Fraternidade de Africânderes). O período entre as duas Guerras (bôeres) da Liberdade (1881-1899) fermentou uma série infindável de panfletos e folhetos que foram publicados e espalhados a fim de incitar os africânderes a um comportamento nacionalista. Os dois panfletos mais conhecidos eram “Um Século de Erro” e “A Verdade sobre o Bôer e Sua Igreja”, de 1899, ambos escritos principalmente para o mercado britânico e europeu. Seu objetivo era criar simpatia pelos africânderes.

Entre os historiadores é controvertido o quanto se pode voltar na história para reconstituir o surgimento dessa consciência nacionalista. Enquanto que os africânderes da última década do século passado estavam convencidos de que todos os “bôeres da jornada” tinham essa consciência, os historiadores modernos são bastante céticos e querem descartar essa pretensão. Existem, contudo, certos textos dos “bôeres da jornada” que indicam que eles de algum modo se comparavam ao povo israelita saindo do Egito do faraó e conquistando a terra prometida. Essa imagem lhes deu a justificação para o ódio que nutriam pelo governo colonial britânico (i. é, o faraó) e o direito de conquistar a terra que viria a tornar-se o Estado Livre de Orange e o Transvaal/República da África do Sul (i. é, a terra prometida) e também de travar guerra contra os descendentes de Cão, os cananeus africanos. (Era uma idéia comum entre os europeus e os norte-americanos [brancos] no século passado que os africanos eram os descendentes de Cão e, em conseqüência, estavam sob a mesma maldição como os cananeus [Gn 9.18-27], e que a maldição de Noé tinha se materializado através dos gideonitas, que viriam a tornar-se “rachadores de lenha e tiradores de água” [Js 9.21,27].)

Pode ser que esses textos devam ser entendidos mais em sentido metafórico do que como exegese propriamente dita; não obstante, isso levou a uma crescente identificação dos africânderes com Israel, e eles tornaram-se o povo eleito como grupo populacional, e não como congregação. Já em 1915, o teólogo e pastor reformado *D. F. Malan* (que tornou-se o primeiro primeiro-ministro pelo Partido Nacionalista em 1948) editou uma resolução com o objetivo de defender a revolta dos africânderes por razões teológicas. A resolução foi assinada por uma amostra representativa de pastores reformados e expressava também o seguinte: “A Igreja tem uma vocação especial em relação ao povo africânder. Ela julga que tem o dever de ser nacionalista, guardar os interesses nacionais específicos, ensinar as pessoas a ver a mão de Deus em sua própria história e manter viva uma consciência de sua vocação e propósito nacionais.”

A tradição romântica nacional na África do Sul recebeu uma nova e poderosa injeção pela vitória dos nazistas na Alemanha, e *J. G. Strydom* (que mais tarde tornou-se primeiro-ministro) expressou grande apreço pelo nacionalsocialismo alemão em 1942. Este exibiu um vigoroso esforço para criar pureza racista e era, em sua opinião, a filosofia que mais se aproximava da filosofia cristã nacional sul-africana.

O Partido Nacionalista (purificado) experimentara então durante alguns anos um tremendo surto de popularidade em consequência da maré nacionalista (bôer) que varreu a África do Sul de 1938 em diante. Este ano marcou o centenário da Grande Jornada e foi celebrado com enorme entusiasmo. A comemoração teve fortes traços religiosos, e a celebração tendia a cristianizar o racismo. Muitos discursos referiram-se às passagens do Antigo Testamento em que os israelitas são advertidos a não casar com as filhas de outros povos, particularmente a Ed 10 e Ne 13.

De igual modo é evidente que a crescente consciência nacional dos africanos durante esse período também tinha causas sociais concretas. Eles se sentiam mais apertados do que nunca. Após a Guerra Sul-Africana (a Guerra Anglo-Bôer de 1899-1902) e mais ainda depois da Primeira Guerra Mundial, centenas de milhares de africanos se mudaram para as cidades. Lá acabaram ficando junto com os africanos de classe baixa e compartilharam sua sorte. Os líderes da Igreja Reformada Holandesa consideravam seus compatriotas brancos com muita simpatia, e decidiram que a Igreja deveria ajudar os brancos pobres, sendo esta sua máxima prioridade diaconal. Isso foi implementado em cooperação com a *Broederbond*.

O Desenvolvimento Separado como Ideologia

Esta subcorrente da ideologia do *apartheid* mais ampla se compõe de duas partes: uma tradição eclesiástica e uma variante sócio-política. A variante eclesiástica tinha passado por vários estágios, sendo originalmente uma tentativa de salvaguardar parte da cultura e comunhão dos “indígenas”. *John Philip* e diversos outros missionários daquela época queriam construir aldeias separadas para os khoikhoi e xhosa, onde estes pudessem viver sem interferência dos europeus.

O estágio seguinte foi introduzido com a teologia da missão de *Gustav Warneck* (1834-1919). Ele sustentava que era errado afastar os indivíduos de sua parentela pela conversão. Em vez disso, cada povo deveria ser convertido ao cristianismo como grupo, e o alvo de qualquer trabalho missionário deveria ser a criação de igrejas que se auto-ajudassem, autogovernassem e auto-expandissem e estivessem integradas na cultura própria do povo. O próprio Warneck estava influenciado pela compreensão romântica nacional de povo como entidade biológico-espiritual, e este ponto de vista foi prontamente aplicado às circunstâncias sul-africanas por Johannes du Plessis. Na África do Sul o autogoverno foi imediatamente interpretado como separação, ainda mais que a maior das três igrejas reformadas holandesas tinha organizado as congregações dos membros de cor como Igreja separada em 1881. Este acontecimento foi resultado direto de uma decisão tomada no Sínodo da Igreja de 1857, onde se afirmou que deveria ser permitido celebrar os cultos, inclusive a Ceia do Senhor, separadamente por causa da fraqueza de alguns membros (i. é, a fraqueza dos membros brancos; cf. 1 Co 8.1-13). Também se afirmou que a maneira normal e correta de acordo com a

Bíblia e a tradição reformada era celebrar os cultos em conjunto e partilhar da Ceia do Senhor em conjunto, mas isso foi logo esquecido.

O terceiro estágio foi atingido na década de 30 deste século com uma renovada ênfase na segregação. As expressões usadas naquela época fazem lembrar fortemente o darwinismo social, embora os ideólogos sul-africanos fossem bastante críticos em relação à teoria da evolução de Darwin. Entendia-se que cada povo se desenvolveria da melhor maneira se se lhe permitisse crescer sem interferência de outros. Era, portanto, necessário criar fortes divisas entre os povos. A idéia de segregação tornou-se popular, e um documento eclesiástico usou a palavra *apartheid* pela primeira vez em 1942. O Partido Nacionalista se apoderou deste termo para sua campanha eleitoral de 1948, e ele provou ser um grande sucesso.

É fato que várias leis de *apartheid* foram primeiramente propostas por organismos eclesiásticos. Essa ideologia do desenvolvimento separado é, em teoria, diferente do racismo, porque visa uma segregação vertical, ao invés de uma horizontal. Esta era também a sutil mudança que o posterior primeiro-ministro *Hendrik Verwoerd* quis implementar com idéia de *bantustans* ou *homelands* para a população africana. Sustentava-se que o objetivo era criar várias entidades sociais com suas características específicas, e a distância geográfica era mais importante do que a social. Pensava-se que cada povo tinha seu próprio dever, dado por Deus, que só podia cumprir através de um crescimento e desenvolvimento internos.

O tema da “eleição” era preeminente para os africânderes. Esse termo é central na teologia de *João Calvino*, mas sua aplicação efetiva na África do Sul proveio da tradição religiosa civil e sua interpretação do Antigo Testamento. *John W. de Gruchy* é de opinião que *David Livingstone* foi a primeira pessoa a introduzir a idéia de que os europeus constituíam um povo eleito na África do Sul. Ele sustenta, com base na pesquisa histórica feita por *André du Toit*, que nem as primeiras gerações de bôeres no Cabo nem os *voortrekkers* na década de 40 do séc. 19 interpretaram suas experiências à luz da tradição bíblica ou teológica da eleição. Deve ter havido, entretanto, alguma espécie de semente para tal compreensão entre os bôeres e *voortrekkers*, e essa semente atingiu então seu florescimento durante as últimas décadas do século. É fácil perceber que a ideologia do desenvolvimento separado com base na eleição divina está muito próxima da ideologia do romantismo nacional.

João Calvino também entendia que deveria haver uma relação entre Igreja e Estado que às vezes levou a certas tendências teocráticas. Essa concepção fermentou na África do Sul a idéia de uma relação estreita entre Igreja e povo em que a nação era identificada com a Igreja. Isso estava de acordo com as frequentes referências dos bôeres ao Antigo Testamento e sua autocompreensão como povo eleito ou nação de Deus.

Mas, embora haja um traço de igualdade entre todos os povos na ideologia

do desenvolvimento separado, ele é diminuído pela idéia de deveres separados e específicos para cada povo devido às várias eleições. A tarefa dos africânderes, de acordo com sua eleição, é serem guardiães dos outros povos da África do Sul, já que são o povo civilizado com a cultura e os padrões morais adequados para governar. A obediência dos africânderes a Deus e o papel que a história lhes deu exigem que eles governem os outros grupos populacionais como bons pais até que estes atinjam a maturidade.

A variante sócio-política dessa ideologia é sobretudo obra de um pequeno grupo de intelectuais que admiravam a Alemanha nazista em ascensão. Muitos deles tinham visitado a Alemanha e lá estudado nos anos 30, retornando à África do Sul com uma nova inspiração. Entre os integrantes desse grupo encontramos *Hendrik F. Verwoerd*, *Nico Diederichs*, *P. J. Meyer* e *Geoff Cronje*. O pensamento deles foi rotulado de “neoficteanismo”. Este termo mostra que seu pensamento tem as mesmas raízes no romantismo nacional alemão como a ideologia nazista, mas que se desenvolveu de maneira ligeiramente distinta, com suas próprias peculiaridades. A diferença mais importante é precisamente a idéia de um desenvolvimento separado para cada povo. Diederichs elaborou isso em 1936 num livreto sobre o nacionalismo como cosmovisão e seu relacionamento com o internacionalismo, e Cronje popularizou a ideologia com seu panfleto intitulado *'n Tuiste vir die Nageslag* (Um Lar para os Descendentes). Nessa publicação ele sustenta que a única solução possível para os brancos é obter uma separação geográfica total entre as raças. Esta seria a única maneira viável de assegurar a identidade das raças. A ideologia neoficteana foi em breve fundida com a variante eclesiástica, tornando-se a ideologia dominante na política sul-africana. Mais tarde ela foi chamada de desenvolvimento separado, e também era conhecida como “cristã nacional” na área da educação.

As conseqüências políticas práticas dessa ideologia podem ser resumidas em quatro pontos: 1) a África do Sul é composta de quatro grupos raciais diferentes: os brancos, os de cor, os asiáticos (ou indianos) e os africanos; 2) a raça branca deve governar, já que é o grupo racial civilizado; 3) os interesses dos brancos têm preferência, e as autoridades não têm obrigação de oferecer a todos os grupos raciais um serviço igual, p. ex. em termos de escolas ou atendimento médico; 4) a raça branca forma uma única nação — a despeito do fato de conter grupos lingüísticos diferentes —, ao passo que a raça africana forma dez nações diferentes — a despeito do fato de pelo menos duas das nações africanas compartilharem a língua e cultura.

A realização prática da política do *apartheid* foi uma mistura de *apartheid* ideológico (entendido como igualdade separada entre as raças) e racismo (entendido como opressão e exploração de todos os demais grupos populacionais por parte da raça branca).

A Segurança Nacional como Ideologia

Enquanto que a elite intelectual dos africânderes encontrou seus aliados mais chegados na Alemanha desde o século passado, uma nova evolução dos acontecimentos ocorreu gradativamente após a Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos tornaram-se cada vez mais importantes em termos econômicos, militares e ideológicos. Essa mudança pode ser vista com a maior clareza dentro do Departamento de Defesa da África do Sul a partir da época em que *P. W. Botha* tornou-se ministro da Defesa em 1966. A idéia dominante do desenvolvimento separado foi abandonada em benefício da “segurança nacional”. O *slogan* era de que a Força de Defesa necessitava de uma “estratégia total” a fim de fazer frente ao “ataque total” do comunismo mundial, arquitetado em Moscou. Durante esse período, a Força de Defesa passou por uma série de reformas para corresponder à nova ideologia. O racismo não era mais uma parte importante da bagagem ideológica.

Essa ideologia também proporcionou a justificativa para um crescimento explosivo na área da indústria de armas. A África do Sul iria tornar-se um importante produtor de armas dentro de poucos anos, e a partir de 1968 houve um fórum de contatos no mais alto nível a fim de ajustar os interesses do governo e da esfera econômica. O orçamento do Ministério da Defesa subiu muito, e a indústria de armas em breve tornou-se uma pedra angular da economia sul-africana. A África do Sul começou a exportar vários tipos de armas em 1983 (muitos foram desenvolvidos em cooperação com Israel e Taiwan), e o país estava entre os dez maiores produtores de armas do mundo.

Ao tornar-se primeiro-ministro em 1978, *P. W. Botha* ressuscitou o adormecido “Conselho de Segurança do Estado”, que havia sido organizado em 1972. Ele em breve se tornaria o mais importante centro de poder em toda a administração. O ex-chefe do estado-maior, *Magnus Malan*, foi nomeado ministro da Defesa, e uma proposta para uma nova constituição foi elaborada num prazo de cinco anos. A proposta foi aprovada por um referendo e entrou em vigor em 1984. As discussões públicas na África do Sul se concentraram principalmente no princípio de três câmaras do novo Parlamento, uma para o grupo populacional branco, uma para o de cor e uma para o asiático (ou indiano). A nova constituição deu tão pouco espaço para o engajamento político dos africanos quanto a anterior, e deixou os brancos com a última palavra nas principais decisões, já que o grupo de parlamentares brancos tinha mais votos do que os dois outros grupos juntos.

Mas há outro aspecto nessa constituição que provou ser mais importante ainda em retrospecto. O novo sistema transferia muito mais poder para o setor executivo do governo em comparação com o sistema parlamentar anterior, e o novo cargo de presidente do Estado recebeu uma autoridade que ia muito além daquela do cargo anterior de primeiro-ministro. Este fato tornou possível redobrar os esforços visando estruturar uma organização administrativa alternativa que respondesse diretamente ao Conselho de Segurança do Estado. Essa organização

era composta de pessoas provenientes dos escalões das forças de defesa, da polícia, da comunidade empresarial e dos acadêmicos/professores/clérigos. O sistema todo estava estruturado em três níveis e recebeu a tarefa de coordenar todos os recursos disponíveis na “estratégia total” contra o “ataque total”. Está na hora de examinar mais de perto a nova ideologia que dava sustentação a essas reformas.

Os canais de influência foram os contatos militares entre os EUA e a África do Sul. A própria ideologia foi elaborada nos círculos das forças de defesa americanas, tendo sido alcunhada de “ideologia da segurança nacional” pelo teólogo latino-americano *José Comblin*. O foco dessa ideologia é o “National War College”, em Washington, D.C., estabelecido em 1948. Ela também foi articulada por meio de uma série de documentos secretos, como os “Documentos de Santa Fe” I e II, em que se detalha a presença dos EUA na América Latina, o “Plano Banzer” relativo à Bolívia e o “Relatório Kintanar” para a política americana nas Filipinas. O primeiro dos “Documentos de Santa Fe” começa afirmando: “A política externa é o instrumento pelo qual os povos procuram assegurar sua sobrevivência num mundo hostil. A guerra, e não a paz, constitui a norma nos assuntos internacionais. (...) As liberdades básicas dos Estados Unidos e seu interesse próprio em termos econômicos exigem que este país seja e aja como poder de primeira linha. A crise é metafísica.”

O acadêmico *Samuel Huntington*, de Harvard, é um dos cérebros que estão por trás dessa ideologia (bastante militarizada), e ele foi frequentemente citado na África do Sul como um dos defensores das reformas do governo. Sua popularidade na África do Sul é compreensível, já que ele sustenta que uma reforma “de cima para baixo” precisa ser executada de modo autoritário e que o engajamento político do povo necessita ser diminuído, e não aumentado, durante a implementação das reformas.

As idéias fundamentais que se encontram por trás dessa ideologia podem ser encontradas voltando-se alguns séculos na história, na filosofia política de *Thomas Hobbes* (1588-1679), fundida com o pensamento militar-teórico de *Karl von Clausewitz* (1780-1831).

Hobbes pressupunha que a “situação natural” da humanidade tivesse sido a de luta mútua entre todos e que a formação de um Estado tivesse ocorrido como uma espécie de “contrato” visando pôr fim a esse caos. É necessário que o poder do Estado esteja concentrado, de sorte que se possa impedir um retorno ao caos; no melhor dos casos, todo o poder reside nas mãos de uma única pessoa, e o governante tem a obrigação e a responsabilidade pela segurança dos cidadãos, por seu bem-estar material e sua honra. Hobbes considerava estes três itens como os principais benefícios pelos quais todo cidadão se empenhava. Sua concepção não resultava de pesquisas de opinião, mas estava ligada a sua compreensão de que todo corpo material no universo tem duas características: extensão e movimento. Cada corpo vai se empenhar por aqueles benefícios que assegurem extensão e movimento sempre crescentes. A ideologia da segurança nacional concorda com

essas idéias e espera que os cidadãos de qualquer país venham a ansiar mais por segurança do que por liberdade.

Era importante para Hobbes que a Igreja e a teologia estivessem sob o controle do Estado; até a exegese da Bíblia deveria ser controlada pelo poder político. Também este ponto conta com a adesão da ideologia da segurança nacional, e os governos afetados cuidarão de encontrar entre as pessoas de Igreja defensores que possam usar para seus próprios fins.

Mas essa ideologia também recolheu muitas idéias de Clausewitz, embora se possa dizer que elas são mais da tradição posterior a ele do que de seus próprios escritos. Clausewitz era de opinião que a guerra era uma continuação da política, ainda que com meios diferentes. Nessa concepção a guerra era projetada de três formas: a) como escape para comportamento irracional; b) como jogo; c) como instrumento político. É importante manter separadas as três formas e forjar uma estratégia que inclua todas as três. Tal concepção implica que a guerra se torna total e abrange todos os aspectos da vida. A guerra torna-se uma luta ideológica em que o objetivo não é simplesmente conquistar um território, mas conquistar os pensamentos mais íntimos das pessoas, bem como sua lealdade absoluta.

O teólogo *José Míguez Bonino* resumiu bem a ideologia daí resultante. Ele escreve que é fundamental para essa ideologia entender o Estado como organismo vivo. Este é constituído por um território, uma população e um governo. Só pode crescer se o governo é forte e tem condições de assegurar a extensão e o movimento do Estado. O termo-chave dessa ideologia é a compreensão de poder. A questão da estratégia ficará em segundo lugar, já que o Estado está numa situação permanente de conflito. Todos os recursos têm que ser usados com o objetivo de manter o Estado como organismo em crescimento, e por isso o poder deve ser concentrado tanto quanto possível. O governo precisa controlar todos os recursos militares, econômicos, políticos e ideológicos disponíveis a fim de atingir esse objetivo.

A versão mais acadêmica dessa ideologia é às vezes chamada de “geopolítica”. Este termo remonta ao acadêmico sueco *Rudolf Kjellén* e ao alemão *Friedrich Ratzel*, tendo sido usado pelos nazistas em sua busca de *Lebensraum*. A geopolítica é uma tentativa de entender a ascensão e queda de nações com base em teorias evolutivas naturais, contendo a idéia explícita de uma luta mútua pela sobrevivência entre as nações.

Qualquer guerra é encarada como um conflito apocalíptico, como conflito entre luz e trevas, bem e mal. Cada nação tem que tomar posição, e os EUA são considerados o bastião da luz e bondade, representando ideais como o cristianismo, a democracia e a ciência. Essa ideologia também atribui importância à estrutura da família, apoiando a autoridade tradicional do *pater familias*. O pai na casa assegura a paz na família da mesma maneira como os EUA asseguram paz no mundo.

O governo sul-africano viu diversas vantagens nessa ideologia, achando-a

essas idéias e espera que os cidadãos de qualquer país venham a ansiar mais por segurança do que por liberdade.

Era importante para Hobbes que a Igreja e a teologia estivessem sob o controle do Estado; até a exegese da Bíblia deveria ser controlada pelo poder político. Também este ponto conta com a adesão da ideologia da segurança nacional, e os governos afetados cuidarão de encontrar entre as pessoas de Igreja defensores que possam usar para seus próprios fins.

Mas essa ideologia também recolheu muitas idéias de Clausewitz, embora se possa dizer que elas são mais da tradição posterior a ele do que de seus próprios escritos. Clausewitz era de opinião que a guerra era uma continuação da política, ainda que com meios diferentes. Nessa concepção a guerra era projetada de três formas: a) como escape para comportamento irracional; b) como jogo; c) como instrumento político. É importante manter separadas as três formas e forjar uma estratégia que inclua todas as três. Tal concepção implica que a guerra se torna total e abrange todos os aspectos da vida. A guerra torna-se uma luta ideológica em que o objetivo não é simplesmente conquistar um território, mas conquistar os pensamentos mais íntimos das pessoas, bem como sua lealdade absoluta.

O teólogo *José Míguez Bonino* resumiu bem a ideologia daí resultante. Ele escreve que é fundamental para essa ideologia entender o Estado como organismo vivo. Este é constituído por um território, uma população e um governo. Só pode crescer se o governo é forte e tem condições de assegurar a extensão e o movimento do Estado. O termo-chave dessa ideologia é a compreensão de poder. A questão da estratégia ficará em segundo lugar, já que o Estado está numa situação permanente de conflito. Todos os recursos têm que ser usados com o objetivo de manter o Estado como organismo em crescimento, e por isso o poder deve ser concentrado tanto quanto possível. O governo precisa controlar todos os recursos militares, econômicos, políticos e ideológicos disponíveis a fim de atingir esse objetivo.

A versão mais acadêmica dessa ideologia é às vezes chamada de “geopolítica”. Este termo remonta ao acadêmico sueco *Rudolf Kjellén* e ao alemão *Friedrich Ratzel*, tendo sido usado pelos nazistas em sua busca de *Lebensraum*. A geopolítica é uma tentativa de entender a ascensão e queda de nações com base em teorias evolutivas naturais, contendo a idéia explícita de uma luta mútua pela sobrevivência entre as nações.

Qualquer guerra é encarada como um conflito apocalíptico, como conflito entre luz e trevas, bem e mal. Cada nação tem que tomar posição, e os EUA são considerados o bastião da luz e bondade, representando ideais como o cristianismo, a democracia e a ciência. Essa ideologia também atribui importância à estrutura da família, apoiando a autoridade tradicional do *pater familias*. O pai na casa assegura a paz na família da mesma maneira como os EUA asseguram paz no mundo.

O governo sul-africano viu diversas vantagens nessa ideologia, achando-a

homogênea em relação à ideologia neoficteana que já conhecia. Ela dava ao país ganhos internacionais para realçar a luta entre a democracia cristã e livre do Ocidente, por um lado, e o comunismo ateu e opressor do Oriente, por outro. A luta real entre negros e brancos foi correspondentemente disfarçada. A luta do Congresso Nacional Africano (CNA) contra o governo de Pretória passou a fazer parte do ataque comunista à África do Sul, e a opressão do CNA e de outros movimentos de libertação pelo governo foi interpretada como defesa do cristianismo, da democracia e da valiosa herança cultural.

A justificação mais proeminente do governo sul-africano veio, como era de se esperar, dos televangelistas americanos. Tanto *Pat Robertson* quanto *Jerry Falwell* enfatizaram que o problema mais imediato para a África do Sul não é a oposição entre negros e brancos, e sim a oposição entre comunismo e cristianismo. Na África do Sul, a organização “Cristo para Todas as Nações”, sob a liderança de *Reinhard Bonnke*, manifestou sua plena aprovação do governo de Pretória. A “Associação Internacional dos Homens de Negócios do Evangelho Pleno” também tem sido um defensor ativo das autoridades brancas, tendo organizado passeios à África do Sul a fim de mostrar a empresários estrangeiros a “verdadeira” situação do país. A “Rhema Bible Church” também é uma das organizações religiosas que tem apoiado as autoridades sul-africanas por muito tempo, embora se deva acrescentar que seu atual líder, *Ray McCauley*, na verdade passou por uma espécie de “conversão” e atualmente está cooperando com o Conselho de Igrejas da África do Sul.

Em 1974 o pastor metodista *Fred Shaw* e outros organizaram a “Liga Cristã”, com a ajuda do Departamento de Informações. Seu objetivo era conquistar as igrejas protestantes para a política do governo. Depois do escândalo em torno do departamento, apelidado de “Muldergate”, a organização foi restabelecida como “Liga de Defesa do Evangelho”. Agora ela é chefiada por uma imigrante alemã chamada *Dorothy Scarborough*, que escreveu o seguinte num boletim de setembro de 1987:

Os “teólogos do *Kairos*”, p. ex. os Drs. Boesak, Beyers Naudé, Nolan, Kistner, Tutu & Co., adoram todos o novo deus, o povo. Eles buscam um governo “a partir de baixo”. Desprezam o governo sul-africano, cujos integrantes admitem a insuficiência de sua própria sabedoria e por isso reconhecem Deus como a fonte última de autoridade. Eles escarnecem da constituição sul-africana, que, em seu preâmbulo, compromete seus membros a servir “em humilde submissão ao Deus todo-poderoso”. Com suas declarações de Harare/Lusaka os entusiastas do CIAF [Conselho de Igrejas da África do Sul]-*Kairos* entronizaram o humanismo ateu. Mas você, cristão, apegue-se a Jesus Cristo e seus mandamentos, pois não há outro pelo qual devamos ser salvos.

Peter Beyerhaus tem apoiado ativamente a Liga de Defesa do Evangelho, tanto na Alemanha quanto em viagens na África do Sul, fazendo palestras e dando entrevistas nos meios de comunicação de massa. Beyerhaus estava em viagem

logo depois que o estado de emergência geral tinha sido proclamado em 1986, com a intenção de denunciar o Documento *Kairos* em particular e os teólogos da libertação em geral. Eles representavam, segundo Beyerhaus, “os poderes das trevas”. Sua mensagem foi de que se essas pessoas adquirissem influência na África do Sul, isso acarretaria a prisão e tortura de muita gente, mas não disse uma única palavra sobre as centenas de pessoas que estavam encarceradas sem julgamento ou quaisquer direitos jurídicos na época em que ele estava viajando. Também foi suficientemente cauteloso para não chamar os torturadores delas de “filhos da luz”, embora isto estivesse implícito.

Um dos mais demagógicos partidários da ideologia da segurança nacional na África do Sul é *David Balsiger*. Ele é o editor de *Family Protection Scoreboard*, e não recua diante do uso de erros deliberados em citações, mentiras e desinformação a fim de chantagear todas as pessoas que, na opinião dele, são teólogos da libertação e, portanto, comunistas em seus corações.

Todos esses movimentos religiosos contemplam o mundo com olhos apocalípticos. Eles interpretam o mundo da política como uma luta entre Deus e Satanás, entre os anjos do céu e os poderes das trevas, e pensam ser possível identificar a um ou ao outro dos grupos políticos como totalmente “branco” ou “negro”. O ex-presidente americano *Ronald Reagan* e alguns de seus assessores pensavam dessa maneira. Eles estavam convencidos de que a União Soviética estava diretamente sob a orientação de Satanás e referiam-se a Ez 38-39 (que fala do ataque de Deus a Israel) e Ap 17-22 (que trata da queda de Babilônia e do remado de mil anos) como orientação para a política externa americana.

Essas idéias têm servido de fundamento para uma “guerra de baixa intensidade” na África do Sul. Essa guerra foi experimentada pela primeira vez na Namíbia, e combina o uso repressivo de violência com um amplo uso de benefícios sociais, como escolas e clínicas. Ela é o protótipo de uma guerra ideológica segundo a compreensão dos adeptos da ideologia da segurança nacional. É uma guerra que visa conservar o poder em termos políticos, econômicos e ideológicos. Um Estado que se encontre numa luta contínua pela sobrevivência tem não apenas o direito, mas até o dever de apegar-se a seu poder, como se expressou em 1987 um dos ideólogos do Partido Nacionalista, *Stoffel van der Merwe*, advertindo as pessoas negras da África do Sul: “As medidas tomadas pelo governo ao longo dos últimos anos demonstram que ele não tem intenção de capitular e submeter-se ao domínio da maioria negra.” Nesta concepção não há diferença qualitativa entre meios pacíficos e meios violentos. Também não estão em questão os direitos do indivíduo ou a liberdade dos cidadãos; antes, são os direitos do Estado e sua liberdade de “movimentar” sua própria extensão que têm preeminência. Por conseguinte, o processo de reforma na África do Sul não é uma questão de dar aos cidadãos mais direitos e liberdade, mas uma questão de assegurar tanto poder quanto possível para o Estado, i. é, para o governo nacionalista, numa situação em que o poder parecia estar pulverizado. Podemos detectar facilmente como essa

compreensão foi a estrela-guia em todo o processo de negociações até a proposta final que foi assinada em novembro de 1993.

O que Fizeram os Teólogos?

Parece ter havido um ciclo na justificação teológica da política contemporânea. A teologia não era muito importante no início do séc. 19, mas era pressuposta como garantia universal para a justiça da ordem estabelecida, incluindo a ordem de escravos e africanos. Mas a justificação teológica da ordem estabelecida tornou-se mais programática mais tarde naquele século, e o resultado disso foi uma ampla coalizão entre ensinamentos oficiais das igrejas bôeres e a religião civil: a nação bôer foi identificada com Israel como povo eleito de Deus. Houve um novo desdobramento na primeira metade deste século, vindo à tona fortemente nos anos 40. O ensino teológico tornou-se a força motora para a ideologização de todos os aspectos da vida para os bôeres ou africânderes. A Igreja e o povo tornaram-se uma unidade indivisa, e não havia nenhuma parte da vida que não estivesse relacionada com a Igreja, nem havia salvação fora da comunhão do povo ou *volk*. A partir da década de 70 pode-se observar um declínio na influência da teologia, e a ideologia corrente só necessita da teologia como um entre vários defensores. A ideologia dominante do Partido Nacionalista não é mais apenas uma ideologia sectária e nacionalista; ela faz parte de uma ideologia internacional em que os estados do mundo são divididos em dois grupos: os “filhos da luz” e os “poderes das trevas”.

O Apoio da Teologia ao Racismo como Ideologia

Encontramos as primeiras expressões de uma ideologização da teologia entre os primeiros participantes da “Grande Jornada”. Piet Retief escreveu que eles estavam deixando o Cabo “confiando firmemente num Ser onividente, justo e misericordioso, a quem nos esforçaremos para temer e obedecer humildemente”. Outra participante que mencionei antes, Anna Steenkamp, fundiu as leis de Deus e a ordem da natureza. Podemos chamar isso de “*religião civil aristocrática*”, porque essas pessoas reconheciam a divisão aristocrática da sociedade em estratos como algo ordenado por Deus. O cristianismo era para elas essencialmente um fenômeno cultural, expresso através da civilização cristã (européia).

Não surpreende que a idéia de que os africanos seriam os *descendentes de Cão* fosse comum entre os cristãos na África do Sul; este também era o caso entre todos os europeus. Mas ela traria conseqüências indescritíveis para os africanos como “rachadores de lenha e tiradores de água”.

A Teologia Aliada ao Romantismo Nacional como Ideologia

As citações bíblicas tornaram-se mais freqüentes quando os bôeres se identificaram gradativamente com os israelitas. Três fatores são recorrentes na interpretação romântica nacional da Bíblia:

1) Supõe-se que Deus atue hoje da mesma maneira como no passado, de modo que ele atua através de nações ou povos assim como fazia na antiga aliança. Não há senso de distância histórica, e tanto o Antigo quanto o Novo Testamentos são lidos como *documentos contemporâneos*.

2) *Não há diferenciação entre povos e indivíduos*. Entende-se um povo como um organismo vivo, tendo uma alma e características particulares. Textos bíblicos relativos a indivíduos foram aplicados ao povo bôer como tal. Os pregadores se referiam à vocação do povo bôer, a sua conversão ou crença ou a seu batismo.

3) Em concordância com essa interpretação se deduzia que *as experiências do povo bôer eram em si mesmas revelações divinas*. T. Dunbar Moodie sustenta que o período revelacional dos bôeres se estende de 1806, quando a Grã-Bretanha anexou a Província do Cabo, até 1914, quando Jopie Fourie morreu como o último dos mártires.

A Teologia como Fundamento do Desenvolvimento Separado enquanto Ideologia

A ideologia do desenvolvimento separado se estriba num fundamento teológico. Houve uma guinada teológica em 1942, e cinco anos mais tarde o professor E. P. Groenewald fez o memorável discurso que tornou-se a base clássica para a teologia do *apartheid*. Douglas Bax demonstrou que todo o raciocínio teológico em defesa da ideologia do desenvolvimento separado tomou esse discurso como ponto de partida, e toda a justificação se baseia principalmente em cinco textos da Bíblia: Gn 1.28; 11.1-9; Dt 32.8; At 2.5-13; 17.26. O texto mais importante é Gn 11.1-9, onde a narrativa nos fala sobre a torre de Babel e a maneira como Deus dispersou os povos e confundiu suas línguas. Isso é interpretado como prova de que Deus queria a diferenciação entre os povos ou raças. O texto sobre o dia de Pentecostes em At 2.5-13 é visto como confirmação do ato de Deus descrito em Gn 11, e não como reunificação de todos os povos, como o faz a exegese costumeira. Groenewald o expressou do seguinte modo: “No dia de Pentecostes as divisões entre as nações existentes não são suspensas, e sim confirmadas pelo fato de que através do Espírito Santo as diferentes línguas tornam-se os veículos do evangelho para as diferentes nações.”

Examinemos mais de perto as premissas de tal exegese:

1) O calvinismo tinha sido uma *cosmovisão total* com inferências políticas

específicas na África do Sul, elaboradas, não por último, através da influência do teólogo holandês *Abraham Kuyper*.

2) Havia a tradição de *certo biblicismo a-histórico* proveniente da ideologia do romantismo nacional que lê a Bíblia como uma coletânea de leis atemporais. Qualquer texto é lido como norma divina, quaisquer que sejam a estória e o gênero, e não há problema em ligar um versículo de qualquer parte da Bíblia com outro versículo totalmente discrepante em termos de gênero e contexto. Ora, quando a dimensão histórica é obliterada, a dimensão da experiência contemporânea transforma-se em critério decisivo. Dessa maneira as realidades externas recebem um caráter divino, na medida em que refletem as descrições bíblicas. Enquanto que a humanidade estiver efetivamente dividida em raças, línguas e nações, isso deve ser assim porque é vontade de Deus, e constitui uma obrigação moral mantê-lo assim.

3) Há, além disso, uma espécie de *hermenêutica unidimensional*. A Bíblia é uma revelação das normas e princípios de Deus. Maldições e bênçãos, exigências e promessas, descrições da vida real e das “coisas vindouras” são todas interpretadas como se expressassem as normas divinas. Esta é a única chave hermenêutica disponível na teologia do *apartheid*.

4) Encontramos então, mais uma vez, a *mistura de indivíduo, povo, nação e raça*. O povo, ou os povos, torna-se o transmissor da história da salvação. A Igreja é entendida como uma comunhão espiritual que não pode se materializar neste mundo de nenhuma maneira. *Groenewald* o formulou assim: “As divisões nacionais não são suspensas quando povos de diferentes nações tornam-se cristãos, mas se cria a possibilidade de que, a despeito das diferenças, eles possam praticar comunhão mútua num nível mais elevado, a saber, no nível do espírito. Ou, em outras palavras: cria-se uma cristandade mundial, mas não uma nação cristã mundial.”

A teologia do *apartheid* foi a “teologia estatal” oficial do governo sul-africano nos mandatos dos primeiros-ministros Malan, Strydom, Verwoerd e Vorster. Mas parece que a sustentação teológica foi menos importante durante as mudanças ideológicas ocorridas sob a liderança de P. W. Botha. *Charles Villavicencio* fez uma interessante análise de dois relatórios oficiais, a saber, o da “Comissão Steyn” (1981) e o da “Comissão Eloff” (1982). Sua análise mostra que “o regime branco não necessita mais do tipo de legitimação teológica explícita de que precisava outrora, e qualquer tentativa das igrejas reformadas africânderes (= as igrejas bôeres brancas) de proporcionar essa legitimação tornou-se um embaraço tanto em contextos ecumênicos quanto seculares”.

A Teologia como Paladino da Segurança Nacional enquanto Ideologia

Já frisei que a ideologia da segurança nacional é elaborada sem fundamentação teológica e não necessita de sustentação teológica. Não obstante, ela necessita de sustentadores teológicos, e os encontra primordialmente nos grupos religiosos influenciados pelo *fundamentalismo americano*. Essa tradição originou-se das correntes milenaristas anteriores e tem sua premissa ideológica mais característica na *luta apocalíptica entre bem e mal, luz e trevas*. Além dos textos de Ez 38-39 e Ap 17-20 mencionados acima, outro texto popular é 2 Pe 2.1ss., que é interpretado como prova da luta apocalíptica em curso dentro das congregações cristãs.

A luta entre o bem e o mal tem lugar em três níveis: no nível político (nacional e internacionalmente), no eclesial e no familiar.

1) No *nível político* se enfoca essencialmente o destino de Israel como prova da preordenação da história mundial por parte de Deus. Por conseguinte, qualquer crítica de Israel é blasfêmia. O comunismo, pelo contrário, é uma expressão do ateísmo e do humanismo secular e deveria ser denunciado em todas as suas formas. Após a queda do comunismo houve uma mudança de foco, passando-se de uma luta ideológica a um conflito cultural entre civilizações, e a luta contra as culturas islâmicas tem sido destacada como o próximo campo de batalha, de acordo com *Samuel Huntington*. Na política interna há algumas questões específicas que são visadas como cruciais. Entre elas, as mais importantes são as do aborto e da oração e educação cristã nas escolas. A ajuda para o desenvolvimento e a assistência social também são trazidas à baila às vezes.

2) No *nível eclesial*, a primeira prioridade é lutar contra todas as formas de modernismo e liberalismo que estejam influenciando a teologia. A isto segue-se de perto a luta contra organizações ecumênicas, como o Conselho Mundial de Igrejas, p. ex.

3) No *nível familiar*, a autoridade do pai e, abarcados por ela, os valores tradicionais da sociedade patriarcal têm sido defendidos com insistência. A ideologia da igualdade entre os sexos é encarada como um “ataque” das forças do mal contra a “boa” centralização de poder na família.

Os aspectos religiosos da ideologia da segurança nacional têm muitas faces e várias inferências ideológicas. Nem todos os grupos milenaristas-fundamentalistas apóiam necessariamente essa ideologia, mas muitas vezes são atraídos para dentro da luta ideológica desses ideólogos. E alguns deles, como *Jerry Falwell* e *Pat Robertson*, devem ter entendido que espécie de ideologia defendiam no apoio que deram ao governo nacionalista da África do Sul.

Thor Halvor Hovland
Fuglevikkleiva 40
N-4637 Kristiansand
Noruega